

O desafio do ensino

Comencemos

20 OUT 1994

ROQUE SPENCER MACIEL-DE BARROS

JORNAL DA TARDE

Comencemos por explicar que nos referimos ao ensino e não, genericamente, à educação: esta é muito mais ampla do que aquele e abrange os múltiplos e variados aspectos em que se desdobram a vida social e a individual. O ensino, particularmente o ensino formal (deixando de lado outros meios, que podem ser considerados formais enquanto se dirigem especificamente, mediante programação especial, à transmissão de conhecimentos), é o que se ministra na escola e é o que, por excelência, há de ser equacionado pelo poder público. Embora a ministração do ensino seja um **serviço público**, esteja ele a cargo do Estado ou da iniciativa privada, esta, contudo, é livre para dela cuidar ou deixar de fazê-lo, nos termos da lei, enquanto ao Estado cabe o **dever** — que o particular não tem — de garantir o **direito** de cada um a recebê-lo, nos termos das disposições constitucionais. A Constituição — e não só a vigente — fala, é verdade, em “direito à educação”, o que, bem pesada a significação desta, como já acentuamos, quer dizer, de fato, “direito ao ensino”, direito a receber o ensino. Ninguém hoje, entre nós, discute, de resto, a idéia de que tal ensino, no nível elementar ou em todo o 1º grau, deva ser gratuito. A discussão não envolve propriamente o 2º grau mas sim o ensino superior. Não é, contudo, de forma alguma, nossa intenção entrar aqui na discussão relativa à gratuidade do ensino superior, o

que só nos levaria a desviar-nos da questão (ou das questões) que pretendemos examinar e que, basicamente, independem da solução favorável ou contrária que se dê a esse problema.

Não discutiremos, igualmente, a questão da universalização do ensino elementar, já que a idéia está mais do que consagrada pelas nossas constituições, embora ainda permaneça — e só pensar nas

da qualidade. Realmente, adianta muito pouco, do ponto de vista estrito da escolarização, que a criança freqüente a escola sem aprender praticamente nada ou que o universitário acabe por receber um diploma que não o qualifica para a função que, teoricamente, deveria preencher. O ensino só atinge seus objetivos quando, seja em que nível for, prepara adequadamente o aluno, habilita-

ensino em todos os níveis.

Os dois citados fatores não permitiram um “crescimento equilibrado” do nosso sistema de ensino, questão para a qual alertávamos há muitos anos, lembrando que “os diferentes graus do sistema de ensino são solidários entre si e solidários com a situação geral em que se inserem”. (Cf. “A questão dos excedentes” em nossos **Ensaio Sobre Educação**, Grijalbo-Edusp, 1971, p. 218). Isto é, o que acontece em um grau do ensino afeta, dentro de algum tempo, a todos os demais. Esse efeito, entre nós, foi multiplicado pela extremamente rápida expansão quantitativa, tanto no ensino superior quanto no elementar (e, neste, não podia mesmo deixar de sê-lo), jogando o sistema num círculo vicioso que o afetou qualitativamente, de alto a baixo. Este é um caso típico em que as mudanças quantitativas, atingindo um determinado ponto, geram mudanças qualitativas. Continuaremos proximamente nossa análise examinando esse círculo perverso e um outro círculo vicioso, que envolve a própria vida social e econômica do País e que afeta também, duramente, a qualidade do ensino.

TALVEZ O GRANDE E
FUNDAMENTAL DESAFIO AO NOSSO
ENSINO, DO PRIMÁRIO À
UNIVERSIDADE, SEJA O DA QUALIDADE.

crianças que nunca foram à escola ou na evasão escolar — muito mais uma **norma** do que um **fato**. E não temos a menor dúvida em afirmar que a primeira medida que deve ser tomada pelos novos governos, na União e nos Estados — é, envolvendo também os municípios, transformar, de vez, essa norma em fato, para o que é essencial, do ponto de vista estritamente pedagógico, que não é único, que os recursos destinados à escola cheguem efetivamente a ela, em lugar de perder-se nos desvãos da burocracia ou nos bolsos de alguns intermediários, situados entre a fonte e a destinação do dinheiro.

Mas talvez o grande e fundamental desafio ao nosso ensino, do primário à universidade, seja o

segundo os padrões estabelecidos tendo em vista o que deve saber ou o que deve aprender fazer.

Ora, o nosso ensino oficial (deixemos de parte o particular, que não está preso a um **dever**, para garantir um **direito**) vai, há muitos anos, de mal a pior quanto a sua qualidade, do 1º grau à universidade. Mesmo se não considerarmos o descaso dos governos em relação às escolas de 1º e 2º graus (já que o mesmo não se pode dizer do superior, ao menos em termos comparáveis), a própria “explosão populacional” na escola, representada tanto pela crescimento vegetativo da população quanto pelo acesso facilitado às instituições escolares, explica, em grande parte, a queda mais do que acentuada da qualidade do

O AUTOR

Roque Spencer M.
de Barros
é autor de
“Ensaio sobre
Educação”

